

APRESENTAÇÃO

O Burro e a Raposa acordaram proteger-se mutuamente e foram juntos para a floresta em busca de comida. Mal tinham começado a caminhada quando encontraram um Leão. Perante este perigo, a Raposa aproximou-se do Leão e propôs-lhe:

- Se me poupares, ajudo-te a caçares o Burro sem grande esforço.

O Leão aceitou a troca. Satisfeita, a Raposa voltou para junto do Burro e tranquilizou-o:

- Não tenhas receio porque o Leão prometeu que não nos fará mal.

O Burro acreditou no que ela disse e continuou a pastar despreocupadamente. Mas a pouco e pouco a Raposa o conduziu a beira de uma ravina e provocou sua queda.

Vendo que o Burro já não podia fugir-lhe, o Leão atirou-se à Raposa e a devorou (ESOPO, *O Burro, a Raposa e o Leão*. Fábulas de Esopo).

Em tempos sombrios, em que vozes ditatoriais rogam em unísono, diante de suas pobrezaas materiais e/ou espirituais, a permanência, o retorno ou a manutenção de regimes autoritários, inclusive nas partes mais “desenvolvidas” do Globo, assistimos orgulhosamente o Brasil completar em 2015, após a derrocada da ditadura instaurada no golpe de 1964, trinta anos de democracia. Mas testemunhamos também outra história, que “come pelas beiradas” da redemocratização brasileira, da qual o País não sente tanto orgulho assim: a história dos escândalos políticos.

Não por acaso, expor a questão nestes termos — como se já houvesse, plenamente debatida e estabelecida, uma “história do escândalo político brasileiro” — não causa estranhamento. Porque vivemos em uma democracia, em um País cujas leis preservam a “liberdade de expressão”, todo cidadão com algum interesse pode não apenas se tornar um *expert* no assunto, mas, com algum empenho, tornar-se ele próprio sujeito (ou objeto) da denúncia de um escândalo. Assim, ainda que uma parte significativa de nós tenha um apetite desenfreado pelas águas do Rio Lete, sentimo-nos à vontade para tecer as mais variadas receitas e teorias sobre este acontecimento que aprendemos a chamar de escândalo político brasileiro (doravante, EPB).

O questionamento radical do significado e do modo — quase natural, diríamos — pelo qual nos defrontamos e nos relacionamos com este acontecimento, foi o que nos motivou a reunir diferentes visões sobre o EPB. Se partimos da pergunta: “o que é isto que aprendemos a chamar de escândalo político no Brasil democrático?”, é porque propomos nos apartar de toda e qualquer concepção prévia e homogênea na análise dos desdobramentos deste questionamento. Assim nasceu a ideia de um Seminário sobre genealogias do escândalo político e da publicação dos textos de seus palestrantes.

Um dos objetivos do Seminário era divulgar visões heterogêneas sobre o mesmo tema. Se seus autores nos brindam com diferentes análises e perspectivas sobre o EPB, cabe a nós, nesta Apresentação, indicar o ponto de partida que lhes foi proposto: o campo do EPB atravessa e é atravessado por práticas, instituições, discursos e saberes, pelo dito e pelo não dito ou, para simplificar os termos, pelo que o filósofo Michel Foucault chamou de dispositivo. Se o acontecimento histórico do EPB é

constituído e constituinte de tudo isso, é possível propor uma genealogia das relações de poder e saber que o circunscrevem.

O ponto de partida do convite aos autores desta coletânea é, portanto, o método empregado por Nietzsche¹, mas também o modo pelo qual Foucault² se apropriou deste método para propor uma analítica do poder. Dado este ponto de partida, na contramão de uma perspectiva moral que faz coro a posições extremadas e ideológicas, seja da indignação, seja da resignação, pode ser frutífero questionar, por meio de uma análise genealógica, os pressupostos e implicações subjacentes aos dispositivos de poder que atravessam o EPB.

Doravante, vislumbramos uma relação entre, de um lado, os discursos, práticas, instituições e saberes, passíveis de se tornarem ferramentas de publicidade, denúncia e espetacularização do EPB; de outro, aquilo que, supostamente, aparece como o efeito destas ferramentas, e que é o objeto da crítica genealógica: o discurso da indignação, que constrói e destrói mitos e poderes; as práticas persecutórias e justiceiras, que criam heróis e vilões para o povo; as instituições em defesa da sociedade, que ganham ares de intocáveis; finalmente, a verdade, o bem e a “origem” da essência moral dos sujeitos da história do EPB.

Eis alguns pontos centrais de uma genealogia do EPB: será que pode haver, para além dos juízos morais aos quais somos irremediavelmente arrastados quando lidamos com o EPB, uma produção da verdade sobre o sujeito deste acontecimento histórico? Ainda neste “para além”, será que a história do EPB se revelará como uma continuidade de causas e efeitos? Nesta perspectiva, o EPB seria evitável por um sujeito que, enfim, acharia sua essência heroica, contestadora e esclarecida? Por fim, será que encontraremos, pronto e acabado, a origem e o antídoto

do problema, ofertados por uma espécie de narrador histórico onisciente?

Certo é que, como dissemos, não partimos de um ponto de vista segundo o qual estas ou outras questões já estariam previamente respondidas. Uma genealogia do EPB deve relutar em assumir uma perspectiva corrente na Teoria (crítica) da comunicação conforme a qual é possível e necessário pensar uma “teoria do escândalo”³. Em segundo lugar, o objetivo desta genealogia se distingue do objetivo puramente historiográfico, que se realiza através da seleção e análise minuciosa e detalhada de documentos, arquivos, acervos etc., a fim de propor uma linha histórica dos escândalos brasileiros⁴. Por fim, devemos nos ater ao acontecimento, noção que está longe de ser gratuita, pois tem um papel central à compreensão da singularidade do evento histórico tal como analisado pela genealogia do poder⁵.

O ponto de partida do questionamento do EPB não é determinar um adversário — o “político corrupto”, o “indivíduo alienado” ou a “imprensa dominante” — a não ser que chamemos de oponente os conceitos e preconceitos através dos quais nomeamos tais coisas de adversários: conceitos e preconceitos que nos impedem de analisar os acontecimentos nos quais somos reféns de nossa ânsia por uma história contínua e linear, por uma essência, por uma verdade e por uma moral históricas. É neste ponto que recorreremos à genealogia. A análise genealógica problematiza uma explicação causal, uma origem: questiona o modo pelo qual os fatos históricos podem, supostamente, ser inteligíveis sob uma perspectiva historiográfica teleológica, moral, essencialista ou contínua.

Para tal perspectiva, o acontecimento histórico segue uma lógica, aplicável a outros acontecimentos que, por isso, são

comparáveis e, até certo ponto, redutíveis a certos esquemas gerais. Nestes termos, haveria um modo de “remediar” aquilo que, na determinação da verdade e do bem, apareceria como essencialmente condenável. Abrir-se-ia, pois, a tal perspectiva, a via de uma receita milagrosa: encontraríamos aí, talvez, o “caçador de marajás”, a “faxineira dos Ministérios”, ou, mesmo, “a solução final”. Ora, não será precisamente a assunção desta perspectiva um dos combustíveis de produção do EPB? Com a palavra, os autores, a quem enviamos nossas mais sinceras gratulações.

Em *Autoconservação e Democracia*, Giovana Temple problematiza a própria noção moderna de democracia. O artigo apresenta críticas à modernidade política, evidenciando o modo pelo qual as heranças da Revolução francesa, como a valorização do igualitarismo, não estão em franca oposição aos ideais autoritários e perversos que aquela Revolução buscava questionar, ao mesmo tempo em que remontam ao legado cristão da opressão das potências de vida política.

Em *A corrupção de cada um*, situando-se à margem do lugar-comum da busca da verdade dos discursos acerca da corrupção na política brasileira, Marcelo Coelho problematiza sua raiz: o anseio por sua essência, por sua origem, mostrando-nos que, no fundo, mais importante do que conhecer a suposta verdade do EPB, é interrogar a qualidade dos agentes que o (d)enunciam. A questão se volta, assim, não exatamente sobre o conteúdo dos fatos do escândalo, mas sobre os seus sujeitos.

Em *Escândalo da política brasileira: o sentido da desigualdade*, ao propor uma breve genealogia das desigualdades sociais brasileiras, Laurenio Sombra revela a profunda relação entre corrupção e pobreza. Nas entrelinhas

de seu texto, somos confrontados com os bastidores e os desdobramentos perversos do escândalo: as camadas segregadas que se tornam verdadeiras testemunhas passivas de um espetáculo que avança indiferente às mazelas sociais do País.

Com Rogério Basali, em *A mentira na política*, temos a análise de um ignóbil e complexo aspecto do escândalo político: a mentira. O autor nos mostra que a relação entre mentira e política é mais profunda do que podemos imaginar. Remetendo-nos ao aterrador histórico de escândalos políticos que marcaram os anos da redemocratização brasileira, o autor desvenda o paradoxo comum entre mentira e política: a imaginação. A questão se torna, assim, perturbadora: como extirpar o escândalo se sua raiz parece incrustada no próprio labor político?

Para finalizar, em *Governamentalidade, excessos do poder, lutas pela vida*, Guilherme Branco propõe uma reflexão de caráter mais global, mas não menos oportuna ao nosso contexto brasileiro: os desdobramentos do que Foucault chamou de governamentalidade. As implicações perversas do biopoder, como o terrorismo de Estado e a morte lenta imposta sutilmente às camadas marginais da sociedade, nos fazem refletir sobre os limites da democracia. Mas também, com Guilherme, uma provocação: é urgente que pensemos e pratiquemos formas de resistência à racionalidade política que faz viver e deixa morrer.

Na sessão “Artigos”, o leitor terá em suas mãos os textos submetidos ao fluxo contínuo da Revista. São cinco artigos e uma tradução. Os temas são variados, mas seus autores e autora

têm algo em comum: o rigor e a excelência na escrita filosófica. A estes autores e autora enviamos nossos mais profundos agradecimentos, por contribuírem e construírem mais um histórico número de *Ideação*.

Ao leitor e à leitora, *Ideação* 32 é uma homenagem de um editor que, encerrando sua gestão 2013/2015, se despede, agradece a oportunidade por ter participado de tão nobre e bela empreitada e deseja as melhores experiências ao novo editor, Laurenio Sombra.

Para encerrar, uma breve digressão, que se inspira nas marcantes análises do dossiê sobre o escândalo político, e que encontra nas palavras de Harari, historiador, uma síntese: “Nossa linguagem evoluiu como uma forma de fofoca”. E completa: “Mas a característica verdadeiramente única da nossa linguagem não é sua capacidade de transmitir informações sobre homens e leões. É a capacidade de transmitir informações sobre coisas que não existem” (HARARI, Y. N. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2015, 3ª edição, p. 33-35).

A fofoca é o *modus operandi* da evolução humana, é a marca do *homo sapiens*. Mas não só isso: trata-se do rumor sobre eventos que não ocorreram. A mobilização de grandes grupos, o nascimento das civilizações, só se concretizaram quando convencemos uns aos outros de coisas que não podemos ver. Não derrotamos nossos inimigos pela força física, mas pelo poder da fofoca e da ficção que lhe é característica.

Ora, mais do que em qualquer outro momento, na era da informação, o valor supremo das relações de poder corre no

mercado e na economia da fofoca. Mas, como pudemos aprender com os textos aqui reunidos, e com alguma experiência, tal valor não está em qualquer fofoca, apenas naquela que possui o que chamaremos de potencial de mobilização, seja de recursos (humanos, financeiros, materiais etc.), de processos (econômicos, culturais, sociais, físicos, biológicos etc.) ou de outras fofocas. Ocorre que inúmeras variáveis podem influenciar o potencial de mobilização no momento (na situação histórica) em que uma fofoca é feita: o emissor (quem ou o quê fornece a informação), os canais (meios de circulação utilizados pelo emissor), a repetição (a quantidade de vezes que a informação é dada), e os acontecimentos (os eventos relacionados à fofoca), são algumas das mais importantes, se aparecem em direção ao discurso verdadeiro e neste discurso encontram a sua força. Assim, tais variáveis são indicadores e produtores de verdade.

Isso significa que a verdade não está dada nas referidas variáveis, *a priori*. Ela não é correspondência ao “fato”, não se sucede a ele, é produzida antes do fato, para servir-lhe de garantia, precisamente no jogo destas variáveis. A verdade é a dama mais cobiçada e escolhe meios acintosos para aparecer. Para começar, não se põe em cena a não ser que haja interesses em comum. O vaivém dos interesses cria relações de forças e é daí que emerge o poder.

Por exemplo: em si mesmo, um acontecimento não é verdadeiro nem falso, mas a partir do momento em que é dado no campo da verdade, pode exercer influência na mobilização de recursos e, assim, se torna fofoca utilizável em relações de poder. Para resumir: conforme ganham força, certas variáveis influenciam o potencial de mobilização de uma fofoca. A força

das variáveis é mensurada à medida que elas se situam no campo da verdade: quanto mais próximas deste campo, mais força elas têm e mais influência exercem sobre o potencial de mobilização. Quando uma fofoca adquire este potencial, ela se torna valor supremo em relações de poder. A fofoca é um metal que se torna precioso (e, portanto, negociável) na medida em que é banhado de um potencial que lhe confere um peso e um valor medidos pela balança da verdade.

Há quem atribua o ímpeto de fofocar a um desejo inconsciente de estar no lugar do alvo da fofoca: quanto mais seduzidos pela história fofocada, mais seus narradores precisam indignar-se moralmente com ela. O curioso é que a fofoca — que não é o evento, mas a narração do evento por terceiros que não o presenciaram — não deixa de ser uma ficção disseminada por seu emissor, e portanto por ele criada, e da qual ele precisa se esquivar moralmente porque se trata de um desejo que ele não pode realizar. Esta é a explicação psicanalítica, contudo. Podemos nos ater aos efeitos concretos de uma fofoca: relação de poder e colonização da vida privada. Não está em questão, em sentido algum, se e até que ponto uma fofoca reflete fielmente um acontecimento, apenas seu potencial de mobilização da vida privada e as relações de poder que esta fofoca é capaz de instituir. Na era da fofoca, vivemos a inversão absoluta entre público e privado, o vasto mundo do poder e dos escândalos políticos no foro mais íntimo de nosso dia-a-dia. Será este um efeito colateral inevitável da democracia brasileira?

Malcom Guimarães Rodrigues

Editor